Projeto de Voto n.º 92/XVII/1.ª

De Condenação à agressão do jornalista da RTP Waldir Araújo em Bissau

No dia 27 de julho de 2025, o jornalista Waldir Araújo, delegado da Rádio e Televisão de Portugal (RTP) na Guiné-Bissau desde 2019, foi alvo de um violento ataque e agressão, em pleno centro de Bissau, por indivíduos não identificados. Segundo o próprio jornalista, citado por diversos meios de comunicação social locais, os agressores justificaram o ataque com o alegado papel da RTP em "denegrir a imagem da Guiné-Bissau no exterior".

As imagens tornadas públicas, onde Waldir Araújo surge com o rosto coberto de sangue, não deixam margem para dúvidas quanto à gravidade da agressão, nem quanto ao seu carácter intimidatório. A agressão, politicamente motivada, por ter como alvo um jornalista em missão oficial e sob responsabilidade de um órgão de comunicação social do Estado português, constitui um atentado não apenas à liberdade de imprensa, mas também à integridade de uma instituição pública nacional e, por extensão, à soberania democrática de Portugal.

As direções de informação da RTP, o Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social da Guiné-Bissau (Sinjotecs) e diversas figuras da sociedade civil guineense já repudiaram publicamente este ataque e apelaram às autoridades guineenses para uma investigação urgente, séria e transparente. A Assembleia da República não pode deixar de se somar a este coro de condenação, não apenas por dever de solidariedade institucional com o jornalista agredido, mas também por respeito pelos valores que sustentam o Estado de Direito democrático português.

Este episódio não é um caso isolado. As liberdades de imprensa, de expressão e política estão sob ataque na Guiné-Bissau, num contexto político e social cada vez mais repressivo. As denúncias de perseguições a opositores políticos, detenções arbitrárias,

censura a jornalistas e intimidações várias têm-se multiplicado nos últimos anos sob a presidência de Umaro Sissoco Embaló.

A situação é de tal forma preocupante que centenas de cidadãos da CPLP assinaram recentemente uma petição pública contra a possibilidade de Embaló assumir a presidência rotativa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), alertando para a incongruência entre essa função e o histórico de repressão política e autoritarismo do chefe de Estado guineense. A petição, subscrita por antigos primeiros-ministros da Guiné-Bissau, membros de vários governos, jornalistas, académicos e figuras da sociedade civil lusófona, acusa diretamente Sissoco Embaló de atos sistemáticos de repressão, perseguições, raptos, tortura e detenções arbitrárias, práticas incompatíveis com os princípios da CPLP.

A estas preocupações soma-se a crescente aproximação do Presidente guineense ao regime russo de Vladimir Putin, com quem tem mantido encontros frequentes e aprofundado diversos acordos bilaterais. Desde 2020, a Guiné-Bissau tem intensificado as relações com Moscovo, incluindo em áreas sensíveis como a formação militar, a exploração de recursos naturais e a propaganda mediática. Num momento em que o regime russo é amplamente condenado por crimes de guerra, interferência eleitoral, e perseguição a jornalistas e opositores, esta aliança estratégica levanta sérias dúvidas quanto ao rumo geopolítico adotado por Bissau e à sua compatibilidade com os valores democráticos da CPLP.

Sissoco Embaló tem classificado publicamente a Rússia como um “parceiro fiável” e recebeu apoio direto de Moscovo, nomeadamente através de bolsas de estudo para estudantes guineenses, da presença em cimeiras estratégicas como a Rússia-África, e da assinatura de acordos comerciais e de exploração de recursos naturais. A sua relação privilegiada com Putin levanta preocupações adicionais sobre o uso político e propagandístico dessas alianças, num contexto de enfraquecimento do Estado de Direito e de captura de instituições.

A presidência da Guiné-Bissau na CPLP, será mais um erro histórico e uma mancha na credibilidade da Comunidade. Não se trata de discriminar um Estado-membro, mas de recusar que a CPLP seja usada para legitimar líderes que colocam em causa os próprios fundamentos da democracia, da liberdade e da cooperação baseada em valores comuns.

Neste sentido, a agressão ao jornalista Waldir Araújo não pode ser vista como um ato isolado, mas como parte de uma tendência crescente de repressão e intimidação que importa travar, denunciar e contrariar com clareza.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária:

1. **Condena veementemente a agressão e o assalto ao jornalista da RTP Waldir Araújo na Guiné-Bissau, ato que constitui uma violação inaceitável da liberdade de imprensa e da integridade física de um jornalista em missão profissional;**
2. **Exige das autoridades guineenses uma investigação célere, transparente e imparcial, com vista à identificação e responsabilização dos autores da agressão;**
3. **Reafirma o compromisso de Portugal com a defesa da liberdade de imprensa, da proteção dos jornalistas e dos direitos fundamentais, princípios que devem ser plenamente respeitados por todos os Estados-membros da CPLP;**
4. **Manifesta a sua preocupação com a deterioração do Estado de Direito e das liberdades fundamentais na Guiné-Bissau, apelando ao Governo português e aos órgãos da CPLP para que não ignorem os sinais crescentes de autoritarismo no país;**
5. **Exorta o Governo português a acompanhar de forma próxima e ativa a situação na Guiné-Bissau, assegurando o acompanhamento institucional dos**

colaboradores da RTP no país e a proteção dos cidadãos portugueses aí residentes, em especial daqueles que exerçam funções em contextos sensíveis ou de interesse público.

Palácio de São Bento, 28 de julho de 2025

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Rodrigo Saraiva

Angélique Da Teresa

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

Jorge Miguel Teixeira

Mariana Leitão

Mário Amorim Lopes

Miguel Rangel

Rui Rocha